



SOCIEDADE

Associações apelam à Assembleia para aprovar estatuto de vítima para crianças que sejam testemunhas de violência doméstica

18.07.2019 às 15h03



O projeto de lei do Bloco de Esquerda, que foi chumbado na especialidade com os votos contra do PS, PCP e CDS, vai ser votado no plenário, na sexta-feira. Associações sublinham que atribuir o estatuto de vítimas a crianças que testemunhem situações de violência doméstica está em linha com a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica

HELENA BENTO

Um conjunto de 27 associações apelaram esta quinta-feira aos deputados da Assembleia da República para votarem a favor do projeto de lei do Bloco de Esquerda que prevê a atribuição do estatuto de vítimas às crianças que testemunhem situações de violência doméstica.

O referido projeto de lei foi **chumbado na especialidade**, numa votação realizada a 9 de julho, com os votos contra do PS, PCP e CDS (só o PSD votou ao lado do BE). Na altura, o Bloco de Esquerda anunciou que iria, ainda assim, levar o projeto de lei a votação no plenário, marcada para sexta-feira, 19 de julho.

Os bloquistas pretendem que as crianças que vivam em contextos de violência doméstica, ou que testemunhem situações dessa natureza, sejam incluídas na categoria de vítima especialmente vulnerável.

Publicidade



O anúncio dura 10 segundos. O vídeo segue dentro de 9"

No comunicado enviado às redações, as associações que o assinam lembram que, em 2018, registaram-se 26.432 participações de violência doméstica às forças de segurança, ou seja 72 participações por dia, o que corresponde a três participações por hora, e que em 31,2% dos casos havia crianças envolvidas.

Também sublinham que entre janeiro de 2010 e janeiro de 2018 verificaram-se 84.767 situações de violência doméstica que envolveram crianças ou jovens e que as “crianças são atualmente em Portugal tratadas como meras testemunhas, sem a necessária proteção e apoio”.

Atribuir o estatuto de vítimas a estas crianças é “algo que vai ao encontro da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul)”, afirmam ainda.

Associações que fazem o apelo

Akto – Direitos Humanos e Democracia AMCV –

Associação de Mulheres contra a Violência

AMUCIP – Associação de Mulheres Ciganas

APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres

Associação Agarrar Exemplos

Associação de Mulheres Cabo-verdianas na Diáspora em Portugal

Associação Dignidade Associação Letras Nómadas

Associação Mulher Século XXI

Associação Mulheres sem Fronteiras

Associação Portuguesa pelos Direitos das Mulheres na Gravidez e no Parto

Associação Projecto Criar

Associação Ser Mulher

Contra o Femicídio - Associação de Familiares e Amigas/os de Vítimas de Femicídio - ACF

CooLabora, CRL - Intervenção Social

EOS - Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento Fundação Cuidar o Futuro

Graal

Maio - Associação pela Igualdade

Mén Non - Associação de Mulheres de São Tomé e Príncipe em Portugal

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

Questão de Igualdade - Associação para a Inovação Social

Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens

SEIES - Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, Crl

Soroptimist International Clube Lisboa Fundador

Associação Mulheres na Arquitectura
Paramédicos da Catástrofe Internacional
[Notícia atualizada às 16h00]



Relacionados

Ordem dos Advogados a favor de estatuto de vítima para crianças que presenciem violência doméstica

Parecer da Ordem chegou ao Parlamento já depois do chumbo do projeto de lei em comissão. Instituto de Apoio à Criança apela aos deputados que, na votação em plenário, aprovem o diploma



PS considera redundante estatuto de vítima para crianças que presenciem violência doméstica

Chumbado o estatuto de vítima para crianças que presenciem violência doméstica

Apesar do chumbo em comissão, BE leva o diploma a votação no plenário. Crime de violação ganha nova formulação. Projeto prevê a atribuição do estatuto de vítima às crianças que testemunhem situações de violência doméstica

[MAIS ARTIGOS](#)